



LUTA POR DIREITOS

Fórum das Seis prepara campanha salarial unificada 2016

Recomposição salarial e isonomia dos pisos entre nas três universidades são as prioridades.

Com a proposta de manutenção do eixo da campanha salarial do ano passado – “Arrocho não! Isonomia já!” – a pauta retoma as reivindicações não atendidas no ano passado, a luta pela isonomia salarial na USP, Unicamp e Unesp, e inclui a atualização da proposta de reajuste.

Sobre o percentual para reposição de perdas o Fórum propõe que seja avaliada nas assembleias de base nas três universidades a reposição pelo ICV-Dieese de maio/2015 a abril/2016 e a reposição parcial das perdas históricas, onde já se aponta um índice de 3% para diminuir a defasagem salarial acumulada ao longo dos anos.

Também será avaliado pelas assembleias se a pauta manterá a reivindicação de “nova negociação salarial em setembro/outubro 2016”, reafirmando a responsabilidade dos reitores em cumprir o acordo firmado em 1991, ou se manter essa demanda pode facilitar às administrações parcelar o percentual de reajuste.

A diretoria do STU lembra que em 2015 o parcelamento não garantiu a reposição da inflação acumulada ao longo do ano.

Financiamento

A luta pelo aumento do financiamento dos atuais 9,57% do ICMS para 11,6% também está na pauta. Congelada há mais de 20 anos, a destinação de recursos às universidades estaduais paulistas é absolutamente insuficiente e tem levado ao desmonte dos principais

centros de pesquisa e formação superior do país. Na USP já foi aprovada a entrega do hospital de Bauru à Secretaria de Saúde e houve extinção de cargos, fechamento de creches e leitos no HU. Na Unesp estão suspensas as avaliações para progressão nas carreiras docente e técnico-administrativa. E na Unicamp os contingenciamentos estabelecidos pelas resoluções GR 02/2015 e GR 015/2015 afetam a reposição de pessoal, planejamento estratégico e o funcionamento cotidiano da Universidade.

Fortalecer a mobilização na Unicamp

Aqui na Universidade é preciso construir uma grande mobilização a partir das unidades para garantir a retomada da discussão com a reitoria sobre a isonomia dos pisos salariais com a USP e o reajuste dos vencimentos e do auxílio alimentação.

Há dois anos não é realizada a avaliação para as progressões na carreira e ainda estamos quatro referências abaixo dos valores praticados na Universidade de São Paulo. Além disso, desde 2013 o auxílio alimentação não é reajustado. E o reitor descumpriu os compromissos relativos à integralização da isonomia dos pisos salariais com a USP.

Para discutir a pauta geral e específica da campanha salarial é fundamental a realização das reuniões de unidade e o fortalecimento da mobilização em cada local de trabalho, além de realizarmos uma grande assembleia no próximo dia 9/3.

AGENDA

8/3 - terça

**Dia Internacional
de Luta das Mulheres**

9/3 - quarta

**Assembleia Geral dos
Trabalhadores da Unicamp**

10/3 - quinta

Reunião do F6, em São Paulo, para debater as propostas aprovadas nas assembleias.

11 a 18/3

Segunda rodada de assembleias de base.

22/3 -terça

Reunião do F6, em São Paulo, para avaliar o retorno das assembleias e, se possível, fechar a pauta de reivindicações.

Até 31/3 - quinta

Protocolo da Pauta junto ao Cruesp.

Reunião organizará atividades do 8 de março

Será realizada nesta quinta-feira, 25/2, uma reunião do Departamento de Mulheres do STU com o objetivo de organizar as atividades do **8 de março - Dia Internacional de Luta das Mulheres**. A reunião terá início às 12 horas na sede do STU. Participe!

Alckmin faz caixa com dinheiro das universidades para bombardear o povo

O jornal “O Estado de S.Paulo” destacou no último dia 5 que as universidades estaduais paulistas receberam no ano passado R\$ 475 milhões a menos do que a previsão orçamentária de 2015. O jornal ressalta ainda que “foi o segundo ano consecutivo em que receberam repasse menor do que o estimado. Na soma de 2014 e 2015, o montante é de R\$ 824 milhões a menos do que o previsto nos orçamentos dos dois anos, em valores nominais”.

Em janeiro, o governador Geraldo Alckmin baixou o decreto 61.802 cortando R\$ 7 bilhões do orçamento deste ano. Da Unicamp serão contingenciados R\$ 54

milhões de investimentos e outras despesas correntes, que não incluem folha.

A crise econômica é usada como argumento para targar o financiamento da educação, mas a verdade é que a política do tucanato é investir em repressão e desmontar as áreas sociais. Ao jornal “Metro/Campinas”, Geraldo Alckmin declarou em entrevista no mesmo dia 5 que “o problema da falta de recursos não é exclusividade das universidades. Temos problemas na saúde, na segurança, enfim; o Estado está sofrendo; o país está sofrendo.” No entanto, outro levantamento feito pelo site “Brasil Post” com dados

do Diário Oficial do Estado mostra o investimento do Estado na PM aumentou 112%, entre 2013 e 2014. Somente em bombas de gás saltaram de R\$ 9,9 milhões para R\$ 20,9 milhões os gastos para a aquisição de 17,5 mil bombas ao custo médio de R\$ 226 cada. No ato contra o aumento das tarifas de ônibus ocorrido no dia 21 de janeiro na capital paulista foi atirada uma bomba de gás a cada dois segundos. E o Estado ainda comprou seis blindados israelenses por R\$ 30 milhões e 180 armaduras para policiais usarem na repressão a movimentos organizados, pagando R\$ 783 mil.

Movimentos vão a Brasília em luta por direitos

No dia 31 de março as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, que reúnem dezenas de entidades do movimento sindical e social brasileiro, vão realizar uma marcha nacional em Brasília contra a reforma da previdência (já anunciada pelo governo com o objetivo

de aumentar o tempo de serviço das mulheres e trabalhadores rurais, além de retirar outros direitos), contra ajuste fiscal e o corte nos gastos sociais. O ato também cobrará políticas de garantia do emprego e defesa dos direitos dos trabalhadores e manifestará seu

posicionamento contra o impeachment da presidenta Dilma e pelo Fora Cunha.

No mesmo dia, a partir das 9 horas na Avenida Paulista, aposentados também se manifestam contra a reforma previdenciária.

O STU estará presente nos atos.

Moção de apoio aos trabalhadores da Mabe, multinacional fabricante de eletrodomésticos

Depois de vender milhões de fogões da marca Dako e Continental nos últimos 10 anos no Brasil, a multinacional Mabe, dona de 49 fábricas no exterior, resolveu fechar as portas e demitir 1.900 trabalhadores, deixando de pagar salários dos últimos três meses, 13º e direitos trabalhistas.

Esta multinacional teve isenção de impostos, patrocinado pelo governo federal aos fabricantes de eletrodomésticos.

Depois de ter lucros exorbitantes, de enviar para o exterior parte importante destes lucros, ao primeiro sinal de crise, ataca sem piedade seus trabalhadores, fechando as portas das duas fábricas que tem na Região metropolitana de Campinas.

O sindicato dos metalúrgicos de Campinas e região, junto com os trabalhadores

da Mabe ocuparam a empresa preventivamente, no dia 15 de fevereiro de 2016, para impedir que os empresários vendessem as máquinas e o patrimônio da empresa.

Os trabalhadores da Mabe estão precisando de todo apoio da população brasileira, especialmente da classe trabalhadora. Não podemos permitir que o poder econômico descarregue todo o peso da crise nas costas dos operários, dos humildes.

Os eletrodomésticos da linha branca tiveram isenção de IPI durante anos, que engordaram os bolsos de patrões que nem sequer pagavam seus trabalhadores. Além disso, a Mabe recebeu vários empréstimos a juros baixos do BNDES para ampliação e modernização de suas instalações, que nunca pagou. Várias máquinas estão pe-

nhoradas pelo BNDES.

Por isso, a diretoria do STU se solidariza com a luta dos 1.900 trabalhadores da Mabe e visitará a ocupação nesta próxima quinta-feira, 25/2, para levar apoio do sindicato, fazer a doação de cestas básicas aos lutadores e se colocando à disposição para ajudar no que for necessário.

Todo apoio à ocupação da Mabe!

Responsabilizar os governos federal, estadual e municipal para que assumam a solução da crise para que não recaia nas costas dos trabalhadores!

Pagamento de todos os salários e outros benefícios atrasados!

Estabilidade no emprego e readmissão dos demitidos!

Terceirização deixa trabalhadores sem salários na USP, no Metrô e na Unicamp

A empresa Higilimp - contratada em regime de terceirização pela Universidade de São Paulo, o Metrô e hospitais estaduais - anunciou falência durante o carnaval e seus responsáveis desapareceram deixando mais de 1.500 trabalhadores com salários e benefícios atrasados. À USP sobrou a conta da irresponsabilidade da ampliação das terceirizações. A Universidade pagará ao menos neste mês um salário mínimo aos trabalhadores que atuam na instituição, e se comprometeu a negociar com a empresa que assumir a prestação dos serviços a recontratação dos funcionários. O Metrô lavou as mãos e os trabalhadores terão que procurar seus direitos pela via judicial.

As direções do Sintusp e do Sindicato dos Metroviários iniciaram campanhas de apoio a esses trabalhadores e estão recolhendo doações e cestas básicas. Mas junto com esta campanha as entidades sindicais do Estado reforçam a luta contra as terceirizações e em defesa da manutenção de todos os empregos.

Irregularidades dentro da Unicamp

Na Unicamp a situação não é diferente. Após inúmeras denúncias, a Limpadora Centro foi substituída pela Alternativa Serviços e Terceirização em Geral, que vem atrasando salários e também já foi denunciada pelo STU. As denúncias dizem respeito a irregularidades no pagamento dos funcionários, às péssimas condições de trabalho, falta de equipamento de proteção individual (EPI), assédio moral, entre outras práticas de desrespeito aos direitos trabalhistas.

Além disso, há denúncias de sobrecarga de trabalho sobre os funcionários, já que a Unicamp fiscaliza somente a metragem do trabalho executado. Recentemente funcionários do CPQBA denunciaram que tarefas antes de res-

pensabilidade de três funcionários estavam sendo executadas por apenas uma trabalhadora.

Outro caso que vem trazendo grandes prejuízos aos trabalhadores é a empresa RP Engenharia, responsável por reparos e manutenção no campus. A terceirizada atrasa os pagamentos e não fornece os vales refeição e transporte, proporcionando péssimas condições de trabalho. Além disso, trabalhadores que se desligaram da empresa por conta do não cumprimento dos direitos trabalhistas, ainda não receberam suas verbas rescisórias e não foram contatados pela empresa.

O STU defende que a Unicamp também é responsável pela mão de obra terceirizada contratada porque essa prática é usada para baratear os custos com a contratação de pessoal, fugindo das responsabilidades e encargos trabalhistas. Em reunião com a reitoria no final de 2015, o sindicato formalizou as denúncias e está reunindo mais documentos comprobatórios dos casos relatados.

Luta geral dos trabalhadores contra a terceirização

O STU se soma a este movimento para que os gestores das universidades desenvolvam políticas efetivas de fim da precarização do trabalho, rumo a retomada de um serviço 100% público com contratações por meio de concurso público, garantia de direitos trabalhistas e isonomia nas relações contratuais.

A direção do sindicato ressalta ainda que exemplos como este reforçam a importância da mobilização contra a aprovação no Congresso Nacional do PL 4330/2004 (que agora tramita no Senado Federal como PLC 30/2015). O projeto torna legal a terceirização em qualquer área da economia, incluindo atividades fim dos serviços públicos ameaçando a verdadeira extinção da CLT.

CLT/CLE

Jurídico do STU solicitará entrada no processo de mudança de regime

Conforme deliberação de assembleia realizada no final de 2015, o departamento jurídico do STU solicitará nos próximos dias o ingresso como entidade amicus curiae no processo que trata da mudança de regime. O pedido terá como fundamento a qualificação do sindicato como entidade representativa dos funcionários atingidos pela mudança de regime para levar informações relevantes aos ministros do STF.

O amicus curie é o instituto jurídico que possibilita a quem não é parte interessada diretamente num processo apresentar defesa oral perante o Supremo apresentando fundamentos à decisão buscada.

A diretoria do STU ressalta que o trabalho realizado pelo jurídico não implicará em nenhum custo aos servidores e que o sindicato seguirá realizando o acompanhamento dos desdobramentos do processo para lutar pelos direitos dos servidores. A diretoria também está em contato com a Fasubra para uma atuação conjunta na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Os encaminhamentos da mudança de regime também estarão na pauta de assembleia geral convocada para o dia 9/3 (mais informações no próximo Boletim do STU).

Aposentados organizam excursão para Caldas Novas de 14 a 17 de abril, confira as informações no site do sindicato www.stu.org.br

Trabalhadores da Área da Saúde enfrentam vazamentos, tetos caindo e desrespeito às 30 horas

Há vários boletins o STU vem denunciando a precariedade das condições de trabalho na Área da Saúde. A direção do sindicato também vem cobrando aos gestores medidas efetivas com prazos determinados para a solução dos problemas, mas não tem se verificado a necessária prioridade à dignidade no trabalho e no atendimento à população. Esta realidade viola o acordo firmado pela Unicamp com o Ministério Público do Trabalho em 2001, e o sindicato tomará as providências necessárias caso as administrações sigam se esquivando.

Sujeira, teto danificado e vazamentos no Caism

No Pronto Atendimento do Caism, os aparelhos de ar condicionado de consultórios, corredores e salas apresentam vazamentos com risco inclusive de curto circuito, pois em vários desses locais as vazaduras ocorrem sobre instalações elétricas. Na recepção e entrada de pacientes, quando chove é necessária a colocação de baldes e panos no chão para captar a água. O teto de um dos consultórios está quebrado há mais de um ano, deixando a fiação exposta. O acúmulo de umidade gera manchas e mofo nas paredes, o que é incompatível com um ambiente hospitalar.

Soluções já foram cobradas por diversas vezes pelos funcionários às chefias imediatas e a direção do STU busca há tempos discutir o tema com a superintendência da unidade, sem sucesso.

Agora, a partir das 22 horas, o banheiro do PA está sendo usado por trabalhadores homens e mulheres, em discordância com a NR-24, por determinação do serviço de hotelaria.

Procurada, a superintendência do Caism enviou uma nota na qual ressalta a importância da unidade e que o sindicato é um aliado na defesa do hospital, e reconhecendo que “atenção qualificada e vultosa ofertada diariamente pelo Caism desde a sua fundação é fruto do trabalho de excelência desenvolvido por seu corpo profissional”. No entanto, não deu prazos para solução dos problemas. Limitou-se a reconhecer que “as instalações encontram-se envelhecidas e, já há algum tempo, começaram a dar mostras de desgaste, problema que se agrava no período das chuvas”. Além de informar que tem tomado as medidas cabíveis (sem explicar quais).

Superintendente do HC se compromete com reforma do laboratório de Anatomia Patológica

Há mais de um ano os trabalhadores do HC também enfrentam problemas com vazamentos na unidade. Como já denunciado, o teto do Laboratório de Anatomia Patológica do HC corre risco de desabar completamente, já tendo ocorrido desprendimento de partes do forro. Apenas reparos paliativos foram realizados neste período e há outras áreas do hospital que também convivem com vazamentos, como reconheceu o superintendente do HC, professor João Batista de Miranda, em reunião com a diretoria do sindicato. Na conversa, João Batista informou que foi concluída recentemente a licitação para reparos do teto e do vazamento, e que as obras de impermeabilização da laje do hospital começam após o carnaval. As outras unidades afetadas também estão no cronograma de trabalho de impermeabilização, segundo o superintendente.

Desrespeito às 30 horas nos laboratórios da FCM

Outra situação inaceitável para a direção do STU e os trabalhadores da Área da Saúde é o fato de que os laboratórios da Faculdade de Ciências Médicas não foram incluídos entre as atividades alcançadas pela resolução

do Conselho Universitário que retomou a jornada de 30 horas nas funções ligadas à assistência à saúde. Há um ano os trabalhadores buscam reverter este quadro sem respostas das chefias.

O STU então solicitou reunião com a diretoria da FCM, representada pelo professor Roberto Teixeira Mendes, ocorrida no dia 28 de janeiro após muita insistência do sindicato. A posição da administração, no entanto, é que os laboratórios se inserem apenas nas atividades de pesquisa, apesar da função de técnico de laboratório ser caracterizada como assistencial e suas atividades serem reconhecidas como tal pelo Ministério Público do Trabalho.

A direção do sindicato ressalta que os laboratórios da Área da Saúde têm como objetivo a pesquisa dentro da assistência — sendo fundamentais para o diagnóstico e tratamento de doenças.

A direção da FCM comprometeu-se a apresentar num prazo de 30 dias uma resposta à demanda e os funcionários ficaram de encaminhar à direção da unidade um documento descrevendo todas as atividades que desenvolvem (exames relacionados à assistência e à pesquisa e o número de procedimentos realizados mensalmente).

O STU cobrará ainda que a reitoria regulamente as 30 horas para acabar de vez com estas distorções.

JURÍDICO

95 servidores já obtiveram liminares suspendendo descontos de IAMSPE

Até a conclusão desta edição, 95 servidores já tinham sido contemplados com a decisão judicial determinando a cessação dos descontos compulsórios ao IAMSPE em seus vencimentos. As duas ações foram patrocinada em caráter particular pelo Escritório de Advocacia Cremasco.

Os servidores estatutários que tiverem interesse em ingressar com ação para cancelar o desconto podem contar com os advogados, embora os custos processuais sejam de responsabilidade integral dos interessados porque esta não é uma ação do sindicato. Para fazer parte das ações é necessário entregar até o dia 15 de março cópia de RG e holerite recente, além de assinar procuração.

Já existem inúmeras decisões assegurando o direito a servidores estaduais de outras categorias não serem obrigados a contribuir com o Instituto, caso não utilizem o atendimento do hospital e sua rede credenciada.

É importante que o servidor saiba que, uma vez concedido o fim da contribuição, a decisão é irreversível. Também não é possível cobrar devolução de valores já pagos.

O STU defende a ampliação do atendimento e considera fundamental uma estrutura pública de atenção à saúde do funcionalismo, mas avalia que é legítimo que os usuários tenham a opção de escolher utilizar ou não os serviços do IAMSPE.